

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	854.623.697
Preferenciais	0
Total	854.623.697
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	3.202.714	2.388.943
1.01	Ativo Circulante	676.575	35.954
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	203.216	3.666
1.01.02	Aplicações Financeiras	438.730	7.970
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	438.730	7.970
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	438.251	7.970
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	479	0
1.01.03	Contas a Receber	21.090	19.752
1.01.03.01	Clientes	21.090	19.752
1.01.03.01.01	Contas a Receber	21.090	19.752
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.238	1.041
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.238	1.041
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	9.238	1.041
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.497	2.686
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.497	2.686
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.804	839
1.01.08.03	Outros	2.804	839
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.804	839
1.02	Ativo Não Circulante	2.526.139	2.352.989
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	305.932	281.784
1.02.01.04	Contas a Receber	34	41
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	34	41
1.02.01.07	Tributos Diferidos	304.447	280.106
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	304.447	280.106
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	320	433
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.131	1.204
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.131	1.204
1.02.03	Imobilizado	19.275	6.737
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	194	282
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19.081	6.455
1.02.04	Intangível	2.200.932	2.064.468
1.02.04.01	Intangíveis	2.200.932	2.064.468
1.02.04.01.02	Intangível	2.068.791	2.047.686
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	132.141	16.782

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	3.202.714	2.388.943
2.01	Passivo Circulante	213.937	179.684
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.035	9.453
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.035	9.453
2.01.02	Fornecedores	57.244	9.741
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.244	9.741
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.652	7.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.652	7.054
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	6.652	7.054
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	89.742	110.339
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	110.339
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	110.339
2.01.04.02	Debêntures	89.742	0
2.01.05	Outras Obrigações	49.244	43.097
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.878	25.157
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	29.878	25.157
2.01.05.02	Outros	19.366	17.940
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	9.187	7.317
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.470	8.361
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	0	592
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	2.709	1.670
2.01.06	Provisões	20	0
2.01.06.02	Outras Provisões	20	0
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	20	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.340.342	1.671.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.496.486	0
2.02.01.02	Debêntures	1.496.486	0
2.02.02	Outras Obrigações	778.478	1.597.637
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	655.548	1.462.297
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	655.548	1.462.297
2.02.02.02	Outros	122.930	135.340
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	28.344	11.162
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	66.608	119.034
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	16.864	5.144
2.02.02.02.10	Passivo financeiro regulatório	11.114	0
2.02.04	Provisões	65.378	73.752
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44.812	50.265
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	44.812	50.265
2.02.04.02	Outras Provisões	20.566	23.487
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	20.566	23.487
2.03	Patrimônio Líquido	648.435	537.870
2.03.01	Capital Social Realizado	1.193.310	1.034.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-544.875	-496.919

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	187.317	300.456	88.030	193.892
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	73.686	161.458	69.862	161.842
3.01.02	Receitas de serviços de construção	113.631	138.998	18.168	32.050
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-164.707	-236.500	-72.830	-193.406
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-51.076	-97.502	-54.662	-161.356
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-113.631	-138.998	-18.168	-32.050
3.03	Resultado Bruto	22.610	63.956	15.200	486
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.923	-13.031	-4.655	-15.838
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.949	-13.298	-8.045	-16.302
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-7.913	-13.262	-8.045	-16.302
3.04.02.04	Reversão (provisão) para perdas esperadas	-36	-36	0	0
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-1.061	-4.051
3.04.03.01	Provisão para redução ao valor recuperável	0	0	-1.061	-4.051
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26	267	4.451	4.515
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.687	50.925	10.545	-15.352
3.06	Resultado Financeiro	-60.971	-123.222	-67.484	-131.112
3.06.01	Receitas Financeiras	22.047	36.540	1.284	1.825
3.06.01.01	Receitas Financeiras	22.047	36.540	1.284	1.825
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.018	-159.762	-68.768	-132.937
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-83.018	-159.762	-68.768	-132.937
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-46.284	-72.297	-56.939	-146.464
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.633	24.341	0	0
3.08.02	Diferido	15.633	24.341	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.651	-47.956	-56.939	-146.464
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-30.651	-47.956	-56.939	-146.464
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01.01	ON	-0,0359	-0,0586	-0,0864	-0,2223

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-30.651	-47.956	-56.939	-146.464
4.03	Resultado Abrangente do Período	-30.651	-47.956	-56.939	-146.464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-355.342	88.073
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	103.113	122.535
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-47.956	-146.464
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	50.680	100.113
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	36	0
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-24.341	0
6.01.01.09	Rendimentos com aplicações financeiras	-36.527	-361
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	62.255	98.322
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de financiamentos	1.786	4.515
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	89.630	0
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.602	1.589
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	3.040	1.431
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.775	1.387
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	1.133	21.457
6.01.01.19	Processo relicitação	0	90.934
6.01.01.20	Remuneração do ativo financeiro	0	-50.388
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-458.455	-34.462
6.01.02.01	Contas a receber	-1.367	-412
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.302	907
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-8.197	-233
6.01.02.06	Outros créditos	-1.965	-162
6.01.02.07	Depósitos judiciais	73	-29
6.01.02.08	Passivo financeiro regulatório	11.114	0
6.01.02.09	Fornecedores	-44.667	-7.109
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	2.938	58
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	293	-224
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.582	-637
6.01.02.13	Obrigações fiscais	-62.754	186
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	-592	26
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-10.268	-2.976
6.01.02.17	Utilização provisão de manutenção	-4.722	-8.756
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	-4.851	-576
6.01.02.19	Pagamento de juros	-352.665	-12.166
6.01.02.20	Outras contas a pagar	16.291	-2.359
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-480.487	-44.012
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-196	-43
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-86.058	-26.589
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-604	9.692
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	125	-19.403
6.02.10	Aplicação Financeira	-393.754	-7.669
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.035.379	-40.184
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-2.749	-2.447

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.04	Captações de empréstimos	0	110.725
6.03.05	Pagamento empréstimos – principal	-110.726	-111.301
6.03.13	Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	-509.667	-37.161
6.03.14	Emissão de debêntures	1.500.000	0
6.03.20	Aumento/devolução de capital social	158.521	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	199.550	3.877
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.666	7.194
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	203.216	11.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-496.919	0	537.870
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-496.919	0	537.870
5.04	Transações de Capital com os Sócios	158.521	0	0	0	0	158.521
5.04.01	Aumentos de Capital	158.521	0	0	0	0	158.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-47.956	0	-47.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-47.956	0	-47.956
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.193.310	0	0	-544.875	0	648.435

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.034.789	0	0	-1.762.144	0	-727.355
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.034.789	0	0	-1.762.144	0	-727.355
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-146.464	0	-146.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-146.464	0	-146.464
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.034.789	0	0	-1.908.608	0	-873.819

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	333.319	222.852
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	187.898	126.040
7.01.02	Outras Receitas	145.421	96.812
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	138.998	32.050
7.01.02.02	Outras receitas	3.647	56.392
7.01.02.03	Juros capitalizados	2.776	8.370
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-191.907	-94.352
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.855	-17.431
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.630	-11.866
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-4.051
7.02.04	Outros	-165.422	-61.004
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-138.998	-32.050
7.02.04.02	Custo da concessão	-7.288	-4.785
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-1.133	-21.457
7.02.04.04	Outros	-18.003	-2.712
7.03	Valor Adicionado Bruto	141.412	128.500
7.04	Retenções	-50.680	-100.113
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.680	-100.113
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	90.732	28.387
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	36.540	1.825
7.06.02	Receitas Financeiras	36.540	1.825
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	127.272	30.212
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	127.272	30.212
7.08.01	Pessoal	20.627	19.441
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.377	14.573
7.08.01.02	Benefícios	4.360	3.832
7.08.01.03	F.G.T.S.	890	1.036
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-7.670	16.015
7.08.02.01	Federais	-17.043	6.864
7.08.02.02	Estaduais	2	1
7.08.02.03	Municipais	9.371	9.150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.621	35.076
7.08.03.01	Juros	91.415	68
7.08.03.02	Aluguéis	121	81
7.08.03.03	Outras	8.085	34.927
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	0	548
7.08.03.03.02	Juros capitalizados debêntures	2.382	0
7.08.03.03.04	Outras	5.703	34.379
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-47.956	-146.464
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-47.956	-146.464
7.08.05	Outros	62.650	106.144
7.08.05.01	Juros debêntures privadas	62.256	98.322
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre debêntures privadas	394	7.822

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 2T26

Comentário do Desempenho



Niterói, 13 de agosto de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fluminense S.A. ("Companhia" ou "Fluminense") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados, referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026 ("2T26").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026.

INTRODUÇÃO

A Autopista Fluminense S.A. ("Companhia" ou "Fluminense"), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pelos 322 quilômetros da rodovia BR-101 RJ/Norte, no trecho que liga a cidade de Niterói a Campos dos Goytacazes, fazendo divisa com o estado do Espírito Santo. A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2048.

A malha viária sob gestão da Companhia atravessa 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo polos econômicos e turísticos relevantes como Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras e Niterói. O trecho desempenha papel estratégico na integração entre as regiões Sudeste do País, além de conectar importantes bacias petrolíferas e destinos turísticos do litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. A operação conta com 5 praças de pedágio em funcionamento e apresenta perfil logístico diversificado, com significativa movimentação de veículos leves e pesados, refletindo a relevância econômica e turística da rodovia.

A Companhia realiza atividades de restauração, modernização, monitoramento, manutenção e operação da rodovia, além de prestar serviços de atendimento aos usuários e emergências. A infraestrutura inclui bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), passarelas, pontos de ônibus cobertos e sistemas tecnológicos de controle e comunicação de tráfego.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia registrou aumento de **3,2%** no tráfego no 2T26, em relação ao mesmo período do ano anterior, com **13,0 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **58,2%** do tráfego representado por **veículos pesados** e **41,8%** por **veículos de leves**.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 91,0 milhões** no 2T26, com crescimento de **47,3%** em relação ao 2T25.

EBITDA e Margem Ajustada

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 41,2 milhões** no 2T26, redução de **10,9%**, com margem ajustada de **56,0%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Total	12.981	12.583	3,2%	26.099	25.635	1,8%
Leves	5.420	5.344	1,4%	11.236	11.221	0,1%
Pesados	7.561	7.239	4,5%	14.863	14.414	3,1%

A Fluminense registrou 13,0 milhões de veículos equivalentes no 2T26, aumento de 3,2% em comparação ao mesmo período no ano anterior. Os veículos pesados totalizaram 7,6 milhões, alta de 4,5%. O segmento de veículos leves totalizou 5,4 milhões, crescimento de 1,4%. O crescimento para os veículos pesados foi favorecido pela retomada gradual da atividade econômica e industrial, associada ao aumento do fluxo logístico e do transporte de cargas. Já os veículos leves apresentaram crescimento moderado, favorecidos pelos feriados prolongados e pelo mercado de trabalho ainda resiliente. O *mix* de tráfego foi composto por 58,2% de veículos pesados e 41,8% de leves.

No acumulado do semestre, o tráfego totalizou 26,1 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 1,8% em relação ao 1S25. O segmento de pesados avançou 3,1%, somando 14,9 milhões, enquanto os veículos leves mantiveram-se em linha em relação ao primeiro semestre de 2025 (+0,1%).

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Tarifa Média	7,01	4,91	42,8%	7,20	4,92	46,4%

A tarifa média da Fluminense foi de R\$ 7,01 no 2T26, uma alta de 42,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os aumentos estão relacionados à assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25, que passou a desconsiderar o excedente tarifário a partir dessa data. Além disso, o desempenho refletiu os reajustes tarifários aplicados no período. No 1S26, a tarifa média foi R\$ 7,20, representando uma alta de 46,4% frente ao 1S25.

Com a celebração do Termo Aditivo de Otimização do Contrato de Concessão em março de 2026, a Companhia passou a adotar, durante o período de transição, uma sistemática de degraus tarifários vinculada ao cumprimento das metas de execução previstas no PER. A incidência dos degraus está prevista para setembro de 2026, setembro de 2027 e setembro de 2028, conforme estabelecido no Termo Aditivo.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Receita Bruta	206.093	95.947	114,8%	330.275	209.968	57,3%
Receitas de pedágio	90.975	61.747	47,3%	187.898	126.040	49,1%
Receitas de construção	113.631	18.168	525,4%	138.998	32.050	333,7%
Remuneração do ativo financeiro	-	15.354	(100,0%)	-	50.388	(100,0%)
Outras receitas	1.487	678	119,3%	3.379	1.490	126,8%
Deduções	(18.776)	(7.917)	137,2%	(29.819)	(16.076)	85,5%
Receita Operacional Líquida	187.317	88.030	112,8%	300.456	193.892	55,0%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	73.686	54.508	35,2%	161.458	111.454	44,9%

1: Excluindo a Receita de Construção e a Remuneração do Ativo Financeiro

Receita de Pedágio

A Receita de Pedágio totalizou R\$ 91,0 milhões no segundo trimestre de 2026, crescimento de 47,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço é majoritariamente explicado pela reclassificação contábil decorrente da assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25, que passou a reconhecer integralmente o excedente tarifário na linha de Receita de Pedágio, montante que, em períodos anteriores, era registrado em "Remuneração do Ativo Financeiro".

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 113,6 milhões no 2T26, aumento absoluto de R\$ 95,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. No semestre, somaram R\$ 139 milhões, aumento absoluto de R\$ 106,9 milhões em relação ao 1S25. Essa linha representa exclusivamente um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis às concessões.

Remuneração do Ativo Financeiro

A variação é majoritariamente explicada pela reclassificação contábil decorrente da assinatura do Termo de Autocomposição do contrato de concessão, em julho/25, por meio da qual o excedente tarifário passou a ser integralmente reconhecido na rubrica de Receita de Pedágio, montante que, em períodos anteriores, era registrado nesta linha. Trata-se de efeito exclusivamente contábil, sem impacto de caixa, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 2.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 1,5 milhão no segundo trimestre de 2026, aumento absoluto de R\$ 0,8 milhão com relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada, principalmente, pela realização de receitas com cabos óticos ou metálicos e painéis publicitários.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(32.451)	(23.607)	37,5%	(58.720)	(51.573)	13,9%
Pessoal	(11.156)	(10.227)	9,1%	(20.626)	(19.440)	6,1%
Conservação	(3.878)	(3.734)	3,9%	(7.988)	(7.365)	8,5%
Serviços de terceiros	(6.102)	(5.537)	10,2%	(12.015)	(11.129)	8,0%
Seguros e garantias	(895)	(636)	40,7%	(1.739)	(1.272)	36,7%
Verba de fiscalização	(3.719)	(1.775)	109,5%	(5.546)	(3.524)	57,4%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(2.108)	(80)	2.535,0%	(3.040)	(1.431)	112,4%
Outros	(4.593)	(1.618)	183,9%	(7.766)	(7.412)	4,8%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(140.179)	(53.878)	160,2%	(190.811)	(157.671)	21,0%
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(1.061)	(100,0%)	-	(4.051)	(100,0%)
Custos de construção	(113.631)	(18.168)	525,4%	(138.998)	(32.050)	333,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(1.477)	(5.041)	(70,7%)	(1.133)	(21.457)	(94,7%)
Depreciação e amortização	(25.071)	(29.608)	(15,3%)	(50.680)	(100.113)	(49,4%)
Custos e Despesas Operacionais	(172.630)	(77.485)	122,8%	(249.531)	(209.244)	19,3%

No 2T26, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 172,6 milhões, aumento absoluto de R\$ 95,1 milhões em relação ao 2T25, refletindo principalmente, efeitos não caixa, com destaque para os custos de construção. No acumulado do semestre, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 236,7 milhões, alta de 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais caixa somaram R\$ 32,4 milhões no 2T26, aumento de 37,5% no mesmo período comparável. No 1S26, o valor registrado foi de R\$ 58,7 milhões, alta de 13,9% frente ao 1S25.

A variação trimestral é explicada, principalmente, por:

- Pessoal: Aumento de 9,1%, referente ao reajuste do contrato e ao dissídio.
- Serviços de terceiros: crescimento de 10,2% em relação ao 2T25, refletindo, principalmente, os reajustes contratuais aplicados aos prestadores de serviços no período.

A Companhia mantém foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, alinhada ao planejamento do contrato de concessão.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(30.651)	(56.939)	(46,2%)	(47.956)	(146.464)	(67,3%)
(+) IR e CSLL	(15.633)	-	-	(24.341)	-	-
(+) Resultado financeiro	60.971	67.484	(9,7%)	123.222	131.112	(6,0%)
(+) Depreciação e amortização	25.071	29.608	(15,3%)	50.680	100.113	(49,4%)
EBITDA¹	39.758	40.153	(1,0%)	101.605	84.761	19,9%
Margem EBITDA ²	54,0%	57,5%	(3,5 p.p.)	62,9%	52,4%	10,6 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	1.477	5.041	(70,7%)	1.133	21.457	(94,7%)
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	-	1.061	(100,0%)	-	4.051	(100,0%)
EBITDA Ajustado³	41.235	46.255	(10,9%)	102.738	110.269	(6,8%)
Margem EBITDA Ajustada ²	56,0%	66,2%	(10,2 p.p.)	63,6%	68,1%	(4,5 p.p.)

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa.

O EBITDA totalizou R\$ 39,8 milhões no 2T26, queda de 1,0% em relação ao 2T25, com margem de 54% (-3,5 p.p.), refletindo, principalmente, o aumento dos custos de construção. No semestre, O EBITDA totalizou R\$ 101,6 milhões, aumento de 19,9%, com margem de 62,9%, alta de 10,5 p.p.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa como a provisão para manutenções de rodovias e a provisão para redução ao valor recuperável, somou R\$ 41,2 milhões no 2T26, redução de 10,9% na comparação com o 2T25, com margem de 56,0% (-10,2 p.p.). No semestre, O EBITDA Ajustado somou R\$ 102,7 milhões, redução de 6,8%, com margem de 63,6% (-4,5 p.p.), influenciado, principalmente, pelo aumento dos custos e despesas caixa no período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Depreciação e Amortização	(25.071)	(29.608)	(15,3%)	(50.680)	(100.113)	(49,4%)

As despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$ 25,1 milhões no 2T26, redução de 15,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete principalmente os efeitos da otimização do contrato de concessão, incluindo a extensão do prazo contratual e a atualização das estimativas de amortização dos ativos da concessão.

No 1S26, as despesas com depreciação e amortização somaram R\$ 50,6 milhões, redução de 49,4% em comparação ao 1S25, refletindo os mesmos efeitos observados no trimestre.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Resultado Financeiro	(60.971)	(67.484)	(9,7%)	(123.222)	(131.112)	(6,0%)
Receitas financeiras	22.047	1.284	1.617,1%	36.540	1.825	1.902,2%
Despesas financeiras	(83.018)	(68.768)	20,7%	(159.762)	(132.937)	20,2%

O resultado financeiro foi de uma despesa de R\$ 61,0 milhões no segundo trimestre de 2026, redução de 9,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada pelo aumento das receitas financeiras, um valor absoluto de R\$ 20,8 milhões, impulsionadas por maior saldo de caixa, efeito que compensou parcialmente o aumento das despesas financeiras observado no período. No 1S26, foi registrada despesa financeira de R\$ 123,2 milhões, queda de 6,0% frente ao 1S25.

IR e CSLL

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
IR e CSLL	15.633	-	-	24.341	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	15.633	-	-	24.341	-	-

A despesa de IR e CSLL totalizou R\$ 15,6 milhões no 2T26, sem base comparável no mesmo trimestre do ano anterior. O montante foi composto por imposto diferido, decorrente de constituição de passivo fiscal diferido em razão da reversão/consumo de ativos fiscais diferidos associados a provisões de manutenção e outras diferenças temporárias. Trata-se de efeito contábil, não caixa.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Resultado Líquido	(30.651)	(56.939)	(46,2%)	(47.956)	(146.464)	(67,3%)

A Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 30,7 milhões no segundo trimestre de 2026, ante prejuízo de R\$ 56,9 milhões no mesmo período do ano anterior. No acumulado do semestre, o prejuízo totalizou R\$ 39,5 milhões, redução de 73,0% em relação ao 1S25. A melhora do resultado reflete, principalmente, o crescimento da receita operacional ajustada, impulsionado pela evolução da receita de pedágio e das receitas acessórias, além da redução da despesa financeira líquida decorrente do maior resultado das aplicações financeiras. Esses efeitos compensaram parcialmente o aumento dos custos operacionais e das despesas financeiras observados no período.

Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

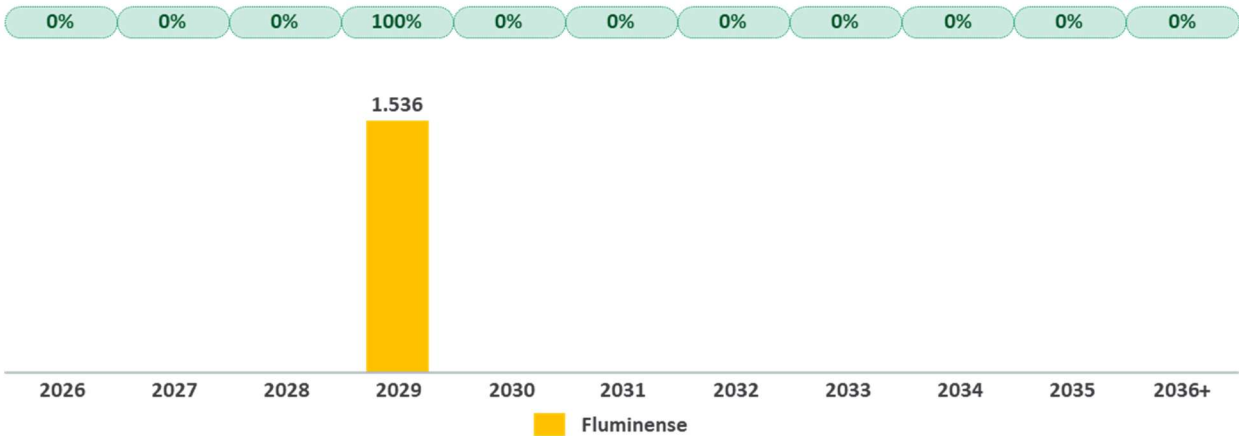
R\$ mil	2T26	1T26	Δ%
Dívida Bruta	1.586.228	1.529.390	3,7%
Curto Prazo	89.742	33.470	168,1%
Longo Prazo	1.496.486	1.495.920	0,0%
Disponibilidades	641.946	663.581	(3,3%)
Caixa e equivalentes de caixa	641.467	663.581	(3,3%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	479	-	-
Dívida Líquida	944.282	865.809	9,1%

1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 1.586,2 milhões ao final do 2T26, aumento de 3,7% frente ao 1T26. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$ 944,3 milhões, crescimento de 9,1% frente ao 1T26, enquanto a posição de caixa somou R\$ 641,9 milhões, redução de 3,3% em relação ao trimestre anterior. No 2T26, 100% da dívida da Companhia estava atrelada a 8ª emissão de debêntures, indexada ao CDI.

Aging da Dívida – junho de 2026

*não considera custos de transação



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Investimentos	63.269	17.783	255,8%	92.618	35.279	162,5%

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$ 63,3 milhões no 2T26, aumento absoluto de R\$ 45,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada, sobretudo, pelo início dos serviços previstos no contrato da repactuação, principalmente relacionados às obras e aos serviços de recuperação da rodovia. No 1S26, os investimentos realizados somaram R\$ 92,6 milhões, aumento absoluto de R\$ 57,3 milhões frente ao 1S25.

Comentário do Desempenho



PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2048
Melhorias na infraestrutura	6.392.543
Recuperações/manutenções	1.243.747
Total	7.636.290

*Base Monetária: junho/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período de três meses findo em 30 de junho de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026.

Niterói, 13 de agosto de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A

Informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 e relatório do auditor independente.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30.06.2026	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30.06.2026	31.12.2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	203.216	3.666	Financiamentos	12	-	110.339
Aplicações financeiras	5	438.251	7.970	Debêntures	13	89.742	-
Contas a receber	6	21.090	19.752	Fornecedores	14	57.244	9.741
Despesas antecipadas		1.497	2.686	Arrendamento mercantil a pagar	15	2.709	1.670
Impostos a recuperar		9.238	1.041	Obrigações sociais		11.035	9.453
Aplicações financeiras vinculadas		479	-	Obrigações fiscais		6.652	7.054
Outros créditos		2.804	839	Contas a pagar - partes relacionadas	16	29.878	25.157
Total do ativo circulante		676.575	35.954	Cauções contratuais	14	9.187	7.317
				Taxa de fiscalização		-	592
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção em rodovias	18	20	-
Despesas antecipadas		320	433	Outras contas a pagar		7.470	8.361
IR e CS diferidos	7	304.447	280.106	Total do passivo circulante		213.937	179.684
Depósitos judiciais	18	1.131	1.204				
Outras contas a receber	6	34	41	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo realizável a longo prazo		305.932	281.784	Debêntures	13	1.496.486	-
				Arrendamento mercantil a pagar	15	16.864	5.144
				Obrigações fiscais		66.608	119.034
Direito de uso	9	19.081	6.455	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	16	655.548	1.462.297
Imobilizado	10	194	282	Passivo financeiro regulatório		11.114	-
Intangível	11	2.068.791	2.047.686	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	44.812	50.265
Infraestrutura em construção	11	132.141	16.782	Provisão para manutenção em rodovias	18	20.566	23.487
Total do ativo não circulante		2.526.139	2.352.989	Outras contas a pagar		28.344	11.162
				Total do passivo não circulante		2.340.342	1.671.389
						2.554.279	1.851.073
				TOTAL DO PASSIVO			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	19	1.193.310	1.034.789
				Prejuízos acumulados		(544.875)	(496.919)
				Total do patrimônio líquido		648.435	537.870
TOTAL DO ATIVO		3.202.714	2.388.943	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.202.714	2.388.943

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	30.06.2026		30.06.2025	
		Trimestre	Período	Trimestre	Período
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	187.317	300.456	88.030	193.892
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(164.707)	(236.500)	(72.830)	(193.406)
LUCRO BRUTO		22.610	63.956	15.200	486
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	21	(7.913)	(13.262)	(8.045)	(16.302)
Provisão para perdas esperadas	21	(36)	(36)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	8 e 11	-	-	(1.061)	(4.051)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		26	267	4.451	4.515
		(7.923)	(13.031)	(4.655)	(15.838)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.687	50.925	10.545	(15.352)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	22.047	36.540	1.284	1.825
Despesas financeiras	22	(83.018)	(159.762)	(68.768)	(132.937)
		(60.971)	(123.222)	(67.484)	(131.112)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(46.284)	(72.297)	(56.939)	(146.464)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	7	-	-	-	-
Diferidos	7	15.633	24.341	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(30.651)	(47.956)	(56.939)	(146.464)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	(0,0359)	(0,0586)	(0,0864)	(0,2223)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
PREJUÍZO DO PERÍODO	(30.651)	(47.956)	(56.939)	(146.464)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(30.651)</u>	<u>(47.956)</u>	<u>(56.939)</u>	<u>(146.464)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.034.789	(1.762.144)	(727.355)
Prejuízo do período	-	(146.464)	(146.464)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	1.034.789	(1.908.608)	(873.819)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.034.789	(496.919)	537.870
Aumento de capital	158.521	-	158.521
Prejuízo do período	-	(47.956)	(47.956)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026	1.193.310	(544.875)	648.435

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2026	30.06.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(47.956)	(146.464)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		50.680	100.113
Provisão para perdas esperadas	21	36	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(24.341)	-
Rendimentos com aplicações financeiras	22	(36.527)	(361)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	16	62.255	98.322
Juros e variações monetárias de financiamentos	12	1.786	4.515
Juros e variações monetárias de debêntures		89.630	-
Despesas financeira dos ajustes a valor presente		1.602	1.589
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	3.040	1.431
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	1.775	1.387
Constituição de provisão para manutenção	18	1.133	21.457
Processo relicitação	8	-	90.934
Remuneração do ativo financeiro	8	-	(50.388)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.367)	(412)
Despesas antecipadas		1.302	907
Impostos a recuperar		(8.197)	(233)
Outros créditos		(1.965)	(162)
Depósitos judiciais		73	(29)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(44.667)	(7.109)
Fornecedores - partes relacionadas		2.938	58
Cauções contratuais de fornecedores		293	(224)
Obrigações sociais		1.582	(637)
Obrigações fiscais		(62.754)	186
Utilização provisão de manutenção	18	(4.722)	(8.756)
Passivo financeiro regulatório		11.114	-
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	(10.268)	(2.976)
Taxa de Fiscalização		(592)	26
Custo de transação - empréstimo		(4.851)	(576)
Outras contas a pagar		16.291	(2.359)
Caixa líquido (consumido) proveniente das operações		(2.677)	100.239
Pagamento de juros	12, 13 e 16	(352.665)	(12.166)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais		(355.342)	88.073
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(196)	(43)
Aquisições de itens do intangível	23	(86.058)	(26.589)
Aplicação financeira vinculada		(604)	9.692
Valor resgatado das aplicações vinculadas		125	(19.403)
Aplicação financeira		(393.754)	(7.669)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(480.487)	(44.012)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(2.749)	(2.447)
Captações de empréstimos	12	-	110.725
Pagamento empréstimos - principal	12	(110.726)	(111.301)
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	16	(509.667)	(37.161)
Emissão de debêntures	13	1.500.000	-
Aumento de capital social	19	158.521	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.035.379	(40.184)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		199.550	3.877
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		3.666	7.194
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		203.216	11.071

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2026	30.06.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	20	187.898	126.040
Receita de serviços de construção	20	138.998	32.050
Outras receitas		3.647	56.392
Juros capitalizados	22	2.776	8.370
		<u>333.319</u>	<u>222.852</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(18.855)	(17.431)
Custo dos serviços de construção	21	(138.998)	(32.050)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.630)	(11.866)
Provisão para redução ao valor recuperável	8 e 11	-	(4.051)
Custo da concessão		(7.288)	(4.785)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	18	(1.133)	(21.457)
Outros		<u>(18.003)</u>	<u>(2.712)</u>
		<u>(191.907)</u>	<u>(94.352)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>141.412</u>	<u>128.500</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		<u>(50.680)</u>	<u>(100.113)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>90.732</u>	<u>28.387</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	36.540	1.825
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>127.272</u></u>	<u><u>30.212</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		15.377	14.573
Benefícios		4.360	3.832
FGTS		890	1.036
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		(17.043)	6.864
Estaduais		2	1
Municipais		9.371	9.150
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		91.415	68
Juros capitalizados BNDES		-	548
Juros capitalizados Debêntures		2.382	-
Juros - Debêntures privadas		62.256	98.322
Juros capitalizados Debêntures privadas		394	7.822
Aluguéis		121	81
Outras		5.703	34.379
Prejuízo do período		<u>(47.956)</u>	<u>(146.464)</u>
		<u><u>127.272</u></u>	<u><u>30.212</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade” ou “Fluminense”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Salas 902 e 903, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury L.L.C. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 30 de agosto de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 1 de agosto de 2025, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º - § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.318/2024 - TCU - Plenário. A Arteris, como controladora da Autopista Fluminense, deverá participar do Processo Competitivo, enquanto proponente, apresentando a documentação, conforme estipulada no Edital. Nessa mesma data, foi publicado no Diário Oficial da União a data da realização do leilão para o dia 11 de novembro de 2025.

Em 11 de novembro de 2025, ocorreu o leilão na Bolsa Balcão Brasil S.A. - B3 S.A., promovido por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O referido leilão atende o previsto no edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.318/2024 - TCU - Plenário publicado no Diário Oficial da União - DOU de 01 de agosto de 2025. O leilão é decorrente do processo de repactuação e, conforme previsto no edital do processo competitivo, o processo de relicitação da Sociedade, está extinto com a concretização da repactuação.

Em decorrência do não recebimento de propostas econômicas ao leilão, a Controladora Arteris continuará no controle acionário da Autopista Fluminense.

Em 6 de março de 2026, a Sociedade celebrou com a União, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão Original da Rodovia Federal BR-101/RJ (Edital 004/2007). O referido aditivo prorrogou o prazo da concessão por mais 22 anos, com prazo de vigência até o mês de março de 2048, tendo por objeto a exploração da infraestrutura e a prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, assegurando a manutenção dos níveis de serviço do sistema rodoviário.

O Contrato de Concessão passa, assim, a vigorar integralmente conforme as cláusulas e condições estabelecidas no referido Termo Aditivo, Programa de Exploração da Rodovia - PER e no Edital e anexos do Edital.

Notas Explicativas

O não atendimento das obrigações contratuais previstas no Contrato assim como em seus anexos, ensejará a aplicação das penalidades previstas no Contrato e nas demais disposições legais e regulamentares da ANTT, podendo inclusive, em casos extremos, resultar na caducidade da Concessão.

A Concessão é remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receita, conforme os termos do Contrato.

A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que os impactos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2026 em decorrência dos fatos acima descritos, refletem as mudanças no modelo de negócio, de acordo com norma ICPC 01 (R1 - Contratos de Concessão). Os reflexos contábeis na continuidade do controle da Sociedade pela Controladora Arteris, foram a reversão do *impairment* e a conversão dos efeitos do ativo financeiro em direito de outorga e intangível, conforme notas explicativas nº 8 e nº 11.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio no km 252 da BR-101/RJ. Desde a assinatura do contrato de concessão original, a Sociedade assumiu compromissos de implantação, recuperação, manutenção e operação da malha rodoviária concedida, incluindo duplicações, vias marginais, OAEs, BSO's, praças de pedágio, faixas adicionais, dispositivos e ações de conservação.

Repactuação do Contrato de Concessão:

Com a homologação do Termo de Autocomposição, a Sociedade passa a assumir a execução das obrigações contratuais nele previstas, devendo assegurar o atendimento integral aos Parâmetros de Desempenho e aos Parâmetros Técnicos. Tais obrigações contemplam a implementação de um conjunto de investimentos e a realização de obras ao longo do prazo da Concessão, observando os cronogramas e prazos de execução estabelecidos contratualmente, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- 50 km de duplicação;
- 82 km de multivias;
- 53 km de faixas adicionais;
- 14 km de vias marginais;
- 59 km de ciclovias e ciclofaixas;
- elaboração do projeto e licenciamento ambiental do contorno de Campos;
- 39 reforço/reforma de OAE's;
- 6 alargamento de OAE's;
- construção de 21 passarelas;
- construção de 40 pontos de ônibus;
- construção de 6 retornos;
- construção de 16 acessos;
- construção de 8 pontes;
- construção de 4 dispositivos em desnível;
- construção de 1 ponto de parada de descanso;
- implantação de 6 pórticos de *free flow*;
- dispositivo de passagem urbana em Casimiro de Abreu;
- variante de Itaboraí e trevo de manilha (entroncamento BR-493).

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Sociedade é responsável pela estruturação e operacionalização do sistema de cobrança de Tarifa de Pedágio nos termos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

As Tarifas de Pedágio são definidas de acordo com a categoria de veículos, considerando o número de eixos e o tipo de rodagem, conforme disposto no Multiplicador da Tarifa no Contrato de Concessão.

Estão isentos de cobrança de pedágio as motocicletas, ambulâncias e veículos oficiais, nos termos da regulamentação aplicável. Adicionalmente, é concedido Desconto Básico de Tarifa (DBT) fixo de 5% (cinco por cento) sobre o valor da tarifa para pagamentos realizados por meio de sistema eletrônicos de identificação automática de veículos.

A Sociedade também concede Desconto a Usuários Frequentes (DUF), aplicável aos veículos das categorias: 1 (automóvel, caminhonete e furgão), 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizem meios de pagamento eletrônico. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela Sociedade, nos termos e condições estabelecidos no Contrato. No primeiro ano da Concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à

Notas Explicativas

apuração realizada pela Sociedade. Após o primeiro ano, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano apuração mensal.

O Contrato de Concessão prevê mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a serem pactuados entre as partes, desde que observadas as condições contratuais e a matriz de risco estabelecida.

A apuração de eventos reequilíbrios será realizado anualmente, conforme critérios e procedimentos definidos no Contrato.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da repactuação do contrato de concessão, são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. Com a repactuação o valor anual, referente à de verba de fiscalização, é de R\$11.740, em valor nominal, o qual será recolhido corrigido pelo IPCA, conforme previsto no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio;

(b) Nova matriz de riscos com nova distribuição de riscos entre o poder concedente e concessionária, para os riscos mais relevantes: cambial, demanda, insumos, geotécnicos, desapropriação e desocupação, licenciamento ambiental, extraordinários (insumos e demanda) e residuais;

(c) Introdução dos Descontos Básicos de Tarifa (DBT) de 5% por uso de tags de pagamento automático e Descontos de Usuário Frequente (DUF) progressivos quando o usuário passar pela mesma praça (e sentido) ao longo de um mês;

(d) Regulação por incentivos por meio de degraus e reclassificações tarifárias condicionadas à entrega de pacotes de obras durante o período de transição e, posteriormente, pela execução de obras de ampliação de capacidade (duplicação ou faixas adicionais);

(e) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização do Poder Concedente, nos termos do art.36 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a qual deverá cobrir, no mínimo, as parcelas dos investimentos realizados e vinculados aos bens reversíveis, não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizadas para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2026, o montante de R\$6.392.543 (R\$6.228.241 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$1.243.747 (R\$1.122.919 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do novo prazo mediante à repactuação do contrato de concessão da Sociedade.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o novo cenário pós repactuação, extensão de prazo em 22 anos, considerando todas as inovações regulatórias incluindo novo fluxo de receitas, compartilhamento de riscos, novos investimentos e demais inovações contratuais, o teste de *impairment* realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, demonstrou a necessidade de reversão das provisões de perdas anteriormente registradas no período de relicitação. O montante revertido (efeito não caixa) foi de R\$1.204.735 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025, registrado como reversão da rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 11.

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, portanto nessa data base os seus ativos não foram submetidos para fins de teste de *impairment*.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

Em 05 de janeiro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e a ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa. O valor de referência do presente TAC Multas após o desconto de 40% é de R\$125.825, que corresponde ao somatório das penalidades pecuniárias previstas no âmbito dos processos administrativos não transitado em julgado. Com base nos valores

Notas Explicativas

das multas negociadas com a ANTT, resultaram em um desconto de R\$83.883, no entanto o impacto no resultado da Sociedade, em 30 de junho de 2025, foi de R\$2.990 refletindo o ajuste às estimativas das contingências regulatórias administrativas já deduzidas do ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão e divulgação das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de agosto de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma da tributação sobre o consumo no Brasil. O novo modelo prevê a implementação de um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA Dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, os quais substituirão gradualmente os tributos atualmente incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, COFINS, ICMS e ISS.

A reforma contempla um período de transição entre os anos de 2026 (período teste) e 2032, durante o qual coexistirão os regimes tributários vigente e reformado. Considerando que parte relevante da regulamentação ainda depende da edição de normas complementares e infralegais, os impactos definitivos da nova sistemática tributária somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que tais dispositivos forem integralmente implementados.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias, não foram identificados efeitos relevantes decorrentes da reforma tributária que demandassem reconhecimento ou ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos, nem impactos significativos nas estimativas e premissas utilizadas na elaboração das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

Notas Explicativas

4.2 Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade segue analisando os efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Notas Explicativas

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade

Notas Explicativas

pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	337	868
Aplicações financeiras (a)	202.879	2.798
Total	203.216	3.666
Fundos de investimentos (b)	438.251	7.970
Total	438.251	7.970

a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, 101,62% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,26% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, DPGE, LF e LTN-Over considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, 101,62% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,26% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	18.178	-	19.040	-
Cartões de pedágio a receber (a)	729	-	691	-
Receitas acessórias a receber (b)	2.230	34	68	41
Outras receitas a receber	37	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(84)	-	(48)	-
Total	21.090	34	19.752	41

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito e crédito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

(c) Refere-se a perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso de faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	21.045	34	18.931	41
Créditos vencidos até 60 dias	45	-	427	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	394	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	84	-	48	-
Total	21.174	34	19.800	41

Notas Explicativas

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, é como segue:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(46.284)	(72.297)	(56.939)	(146.464)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	15.737	24.581	19.359	49.798
Outras diferenças permanentes	(104)	(240)	1.680	1.598
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(21.039)	(51.396)
Total	15.633	24.341	-	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	-	-	-	-
Diferido	15.633	24.341	-	-
	15.633	24.341	-	-
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)	0%	0%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2026	31.12.2025
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.935.060	1.479.851
Provisão de participação nos lucros	2.380	2.969
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	44.812	50.265
Outras provisões	4.339	4.371
Provisão para manutenção de rodovias	20.586	23.487
Arrendamentos	493	358
Valor recuperável - ativo intangível e financeiro líquido	55.473	-
Provisão para perdas esperadas	84	48
Abatimento tráfego excedente repactuação (f)	11.114	-
Amortização da outorga (g)	25.826	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.100.167	1.561.349
Alíquota nominal	34%	34%
Total	714.057	530.859
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	59.598	59.598
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(578)	(578)
Reversão das provisões ativo financeiro (d)	-	467.225
Reversão <i>Impairment</i> (e)	(1.204.735)	(1.204.735)

Notas Explicativas

Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(1.204.735)	(737.510)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(409.610)	(250.753)
Base do imposto de renda e contribuição social	304.447	280.106
Impostos diferidos não constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	304.447	280.106

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	26.728	43.456	33.737	131.783
Provisão de participação nos lucros	(1.397)	(589)	(1.685)	(1.017)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	(5.584)	(5.453)	461	(158)
Outras provisões	143	(32)	189	230
Provisão para manutenção de rodovias	1.858	(2.901)	1.124	14.033
Arrendamentos	168	135	2	(25)
Valor recuperável - Ativo Intangível e Financeiro Líquido	-	-	28.052	4.985
Provisão para perdas esperadas	36	36	-	-
Abatimento tráfico excedente repactuação (f)	11.114	11.114	-	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	-	-	-	1.346
Amortização estorno de capitalização de juros	-	-	-	(13)
Amortização da outorga (g)	12.913	25.826	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	45.979	71.592	61.880	151.164
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	15.633	24.341	21.039	51.396
Composição dos impostos:				
Impostos diferidos não constituídos	-	-	21.039	51.396
Impostos de renda e contribuição social constituídos	15.633	24.341	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	15.633	24.341	21.039	51.396

- (a) Em razão da repactuação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mudança de cenário, a continuidade da concessão e as novas projeções de resultados positivos passam a fornecer evidência objetiva para o reconhecimento dos impostos diferidos, revertendo a baixa anteriormente registrada. Dessa forma, o reconhecimento do ativo fiscal está condicionando à existência de expectativa de geração futura de lucros tributáveis.
- (b) Referem-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.
- (d) Com a repactuação houve a reversão dos efeitos relacionados ao ativo financeiro.
- (e) Com a repactuação, foi revertida a provisão de *impairment*.
- (f) Abatimento tráfico excedente repactuação.
- (g) Amortização da outorga constituída em razão da celebração do termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão da Sociedade.

8. ATIVO FINANCEIRO

Em 15 de junho de 2022, a ANTT aprovou celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a Sociedade, estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. Em continuidade ao processo iniciado em junho de 2022, em 20 de março de 2024 foi celebrado o 3º termo aditivo e em 21 de março de 2025 o 4º termo aditivo ao contrato de concessão.

Durante o período de relicitação, os valores que a Administração da Sociedade estimou que poderia reaver dos investimentos não amortizados mediante indenização, foram reclassificados de ativo intangível para ativo financeiro, tendo seu saldo atualizado, pela inflação (IPCA), desde a data da disponibilização de cada investimento até 11 de novembro de 2025, quando ocorreu o leilão de repactuação e extinguiu o processo de relicitação.

Notas Explicativas

Durante o período de relicitação até o exercício de 2025, os valores do ativo financeiro indenizável foram escopo de constantes atualizações a luz da evolução dos trabalhos internos, de forma que a Fluminense, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, apresentou os seguintes movimentos, no período findo em 30 de junho de 2025:

<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>Remunerações (a)</u>	<u>Transferências / Reclassificações (b)</u>	<u>Outros (c)</u>	<u>30.06.2025</u>
Ativo financeiro indenizável	895.201	50.388	(74.551)	(90.934)	780.104
Total	895.201	50.388	(74.551)	(90.934)	780.104

- (a) Refere-se as atualizações monetárias do ativo financeiro, conforme previsto na Lei 13.448/17, vide nota explicativa nº 20.
- (b) (R\$97.741) referente a reversão da constituição do ativo financeiro em razão da extensão do prazo de relicitação e R\$23.190 referente a execução de obras indenizáveis de janeiro a junho de 2025.
- (c) Valores referentes reversão para redução ao valor recuperável compostos por:

	<u>30.06.2025</u>
Perda entre a diferença da tarifa de pedágio autorizada e calculada (excedente tarifário)	(56.208)
Atualização financeira sobre o excedente tarifário	(30.675)
Valor adicionado ao ativo financeiro referente ao ajuste da dedução das contingências regulatórias administrativas em razão do TAC Multas. O referido valor foi contabilizado sob a rubrica "Provisão para redução ao valor recuperável"	(4.051)
	<u>(90.934)</u>

Em 18 de dezembro de 2025, ocorreu a homologação pela ANTT do Leilão realizado pela B3, o que habilitou a Arteris permanecer no controle da Fluminense. Em decorrência desse evento, os saldos anteriormente registrados como ativo financeiro foram revertidos para a constituição do direito de outorga e do ativo intangível, portanto para o período findo em 30 de junho de 2026, não há mais saldos na rubrica de ativo financeiro.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2025	12.772	6.153	1.210	1.965	86	3.297	25.483
Remensurações	182	-	(7)	375	9	192	751
Adições	14.392	-	-	-	-	-	14.392
Baixas	(12.954)	-	-	-	-	-	(12.954)
Saldo em 30.06.2026	14.392	6.153	1.203	2.340	95	3.489	27.672
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(12.278)	(615)	(1.038)	(1.791)	(82)	(3.224)	(19.028)
Amortização	(1.269)	(481)	(55)	(473)	(11)	(228)	(2.517)
Baixas	12.954	-	-	-	-	-	12.954
Saldo em 30.06.2026	(593)	(1.096)	(1.093)	(2.264)	(93)	(3.452)	(8.591)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	494	5.538	172	174	4	73	6.455
Saldo em 30.06.2026	13.799	5.057	110	76	2	37	19.081
Taxas de amortização - a.a.	19%	16%	15%	18%	16%	11%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	11.942	2.817	939	855	82	2.815	19.450
Remensurações	110	257	274	496	(9)	221	1.349
Adições	-	5.861	-	-	-	-	5.861
Baixas	-	(3.073)	-	-	-	-	(3.073)
Saldo em 30.06.2025	12.052	5.862	1.213	1.351	73	3.036	23.587
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.483)	(2.741)	(879)	(794)	(63)	(2.776)	(16.736)
Amortização	(1.395)	(482)	(100)	(473)	(9)	(224)	(2.683)
Baixas	-	3.073	-	-	-	-	3.073
Saldo em 30.06.2025	(10.878)	(150)	(979)	(1.267)	(72)	(3.000)	(16.346)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	2.459	76	60	61	19	39	2.714
Saldo em 30.06.2025	1.174	5.712	234	84	1	36	7.241
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	15%	21%	33%	13%	

- a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- c) Refere-se a veículos administrativos.
- d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- e) Refere-se a impressoras.
- f) Refere-se a locação da sede administrativa e escritórios.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2025	1.681	5.053	569	2.377	3.922	13.602
Adições	2	194	-	-	-	196
Saldo em 30.06.2026	1.683	5.247	569	2.377	3.922	13.798
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2025	(1.544)	(4.908)	(569)	(2.377)	(3.922)	(13.320)
Depreciação	(139)	(145)	-	-	-	(284)
Saldo em 30.06.2026	(1.683)	(5.053)	(569)	(2.377)	(3.922)	(13.604)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2025	137	145	-	-	-	282
Saldo em 30.06.2026	-	194	-	-	-	194
Taxas de depreciação - a.a.	0%	20%				

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.413	4.902	569	2.377	3.922	13.183
Adições	9	34	-	-	-	43
Saldo em 30.06.2025	1.422	4.936	569	2.377	3.922	13.226
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.344)	(4.708)	(533)	(2.328)	(3.854)	(12.767)
Depreciação	(70)	(204)	(36)	(49)	(68)	(427)
Saldo em 30.06.2025	(1.414)	(4.912)	(569)	(2.377)	(3.922)	(13.194)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	69	194	36	49	68	416
Saldo em 30.06.2025	8	24	-	-	-	32
Taxas de depreciação - a.a.	54%	37%	51%	36%	37%	

Notas Explicativas

11. INTANGIVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Direito de outorga da concessão (c)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em Construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2025	2.517.898	-	713.952	13.189	1.088	3.246.127	16.782	3.262.909
Adições	24.975	-	30.110	68	12.441	67.594	111.405	178.999
Transferências/reclassificações	1.445	-	-	-	(25)	1.420	(1.420)	-
Outros (e)	(107)	-	-	77	-	(30)	5.374	5.344
Saldo em 30.06.2026	<u>2.544.211</u>	<u>-</u>	<u>744.062</u>	<u>13.334</u>	<u>13.504</u>	<u>3.315.111</u>	<u>132.141</u>	<u>3.447.252</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2025	(1.190.686)	-	-	(7.755)	-	(1.198.441)	-	(1.198.441)
Amortização	(28.737)	-	(16.598)	(2.544)	-	(47.879)	-	(47.879)
Transferências/reclassificações	172	-	(172)	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	(87)	-	87	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2026	<u>(1.219.338)</u>	<u>-</u>	<u>(16.683)</u>	<u>(10.299)</u>	<u>-</u>	<u>(1.246.320)</u>	<u>-</u>	<u>(1.246.320)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2025	1.327.212	-	713.952	5.434	1.088	2.047.686	16.782	2.064.468
Saldo em 30.06.2026	1.324.873	-	727.379	3.035	13.504	2.068.791	132.141	2.200.932
Taxas de amortização - a.a. (f)	5%		5%	20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	Direito de outorga da concessão (c)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em Construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2024	1.224.112	(712.471)	-	8.422	1.088	521.151	-	521.151
Adições	40.396	-	-	896	-	41.292	-	41.292
Transferências/reclassificações	25	-	-	-	(25)	-	-	-
Transferência ativo financeiro (g)	74.551	-	-	-	-	74.551	-	74.551
Saldo em 30.06.2025	1.339.084	(712.471)	-	9.318	1.063	636.994	-	636.994
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2024	(1.129.992)	676.909	-	(7.724)	-	(460.807)	-	(460.807)
Amortização	(131.863)	-	-	(702)	-	(132.565)	-	(132.565)
Amortização da redução ao valor recuperável (h)	-	35.562	-	-	-	35.562	-	35.562
Saldo em 30.06.2025	(1.261.855)	712.471	-	(8.426)	-	(557.810)	-	(557.810)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2024	94.120	(35.562)	-	698	1.088	60.344	-	60.344
Saldo em 30.06.2025	77.229	-	-	892	1.063	79.184	-	79.184
Taxas de amortização - a.a. (f)	40%	40%		72%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Em decorrência da repactuação do contrato de concessão no final do exercício de 2025, a provisão de *impairment* foi revertida ao intangível.

(c) Constituição do direito de outorga referente a repactuação do contrato de concessão no final do exercício de 2025.

(d) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no aditivo do contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.

(f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

(g) Reclassificação de ativo financeiro dos ativos reversíveis, durante período de relicitação, no início do exercício de 2025, vide nota explicativa nº 9. Com a repactuação do contrato, no final do exercício de 2025, o ativo financeiro foi revertido ao direito de outorga e ao intangível.

(h) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), durante período de relicitação, no início do exercício de 2025. Com a repactuação do contrato, no final do exercício de 2025, os valores referentes ao *impairment* foram revertidos ao intangível.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2026, a Sociedade complementou no montante de R\$2.776 (R\$8.370 em 30 de junho de 2025) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2026 foi de 0,37% a.a. e em 2025 foi de 1,76% a.a., do total de juros provisionados no período.

Análise de impairment

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade realizou o teste de *impairment* em conformidade com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando o valor em uso como base de mensuração do valor recuperável.

Para isto, a Administração elaborou projeções de fluxos de caixa descontados, considerando a Unidade Geradora de Caixa (UGC) em operação em 31 de dezembro de 2025. As projeções foram preparadas com base em premissas internas e representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados pelo uso contínuo dos ativos, conforme previsto pelo CPC01.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram desenvolvidas e aprovadas pela Administração, considerando o período remanescente do contrato de concessão.

O teste de *impairment* realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, indicou a necessidade de reversão das provisões de perdas anteriormente reconhecidas no período de relicitação. O montante revertido (efeito não caixa) totalizou R\$1.204.735 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025.

Para a data base de 30 de junho de 2026, a Administração da Sociedade avaliou a existência de eventos ou circunstâncias que pudessem indicar perda por desvalorização (*impairment*) de seus ativos. Com base nessa avaliação, concluiu que não foram identificados indícios de perda no valor recuperável dos ativos que justificassem a realização de novo teste de recuperabilidade durante o trimestre.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Modalidades	Taxas de juros efetivas	Vencimentos	Garantias	30.06.2026	31.12.2025
Nota Comercial	CDI + 1,65%	dez-26	Fiança da controladora Arteris S.A.	-	111.272
				-	111.272
			Custo de transação	-	(933)
			Total geral	-	110.339
			Circulante	-	110.339
			Não circulante	-	-
			Total	-	110.339

As movimentações de financiamentos são como segue:

Moeda nacional	30.06.2026			30.06.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	111.272	-	111.272	55.771	54.862	110.633
Captações/Renovações	-	-	-	-	110.725	110.725
Juros provisionados	1.786	-	1.786	5.063	-	5.063
Amortização de principal	(110.726)	-	(110.726)	(111.301)	-	(111.301)
Pagamento de juros	(2.332)	-	(2.332)	(4.327)	-	(4.327)
Transferência	-	-	-	54.862	(54.862)	-
	-	-	-	68	110.725	110.793
Custo de transação	-	-	-	(68)	(1.384)	(1.452)
Saldo final	-	-	-	-	109.341	109.341

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é substancialmente próximo aos seus respectivos valores contábeis. Os valores contábeis são uma estimativa adequado do valor justo, uma vez

Notas Explicativas

que esses instrumentos financeiros possuem características específicas e condições particulares de financiamento, não havendo diferença relevante entre o custo amortizado e o valor justo calculado com base em taxas de mercado observáveis para instrumentos de prazo e risco similares.

Em 6 de fevereiro de 2026, foi realizado o resgate antecipado total da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da Autopista Fluminense S.A., no montante de R\$110.724, com o consequente cancelamento integral dos referidos títulos pela Emissora nessa data. Em decorrência desse resgate, em 30 de junho de 2026, não havia saldos a título de notas comerciais registrados nas informações contábeis intermediárias.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2026	31.12.2025
8ª emissão - série única	1.500.000	CDI + 1,38%	jan-29	1.592.012	-
				<u>1.592.012</u>	<u>-</u>

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2026		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Captações/Renovações	-	1.500.000	1.500.000
Juros provisionados	92.012	-	92.012
	<u>92.012</u>	<u>1.500.000</u>	<u>1.592.012</u>
Custo de transação	(2.270)	(3.514)	(5.784)
Saldo final	<u>89.742</u>	<u>1.496.486</u>	<u>1.586.228</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
15.01.2026	1.000	1.500	15.01.2026	1.500.000
	<u>1.000</u>			<u>1.500.000</u>

Em 30 de junho de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2029	1.500.000
	<u>1.500.000</u>

8ª Emissão de Debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, foi aprovada a 8ª emissão de Debêntures da Sociedade, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública sob o rito de registro automático (RCVM 160). O montante total da emissão foi de R\$1,5 bilhão, com remuneração atrelada ao CDI acrescido de spread de 1,38% a.a. As debêntures contam com fiança prestada pela controladora Arteris S.A. Os recursos líquidos captados por meio desta emissão foram destinados à reforço de caixa da Emissora, reestruturação de capital (*loan management*), execução de Capex e outros propósitos corporativos. Do montante total da referida emissão de debêntures, R\$860 milhões foi creditado diretamente para a controladora Arteris para a amortização da 5ª emissão e liquidação da 6ª emissão das debêntures privadas, conforme abaixo:

Debêntures privadas	Principal	Juros	Total
5ª Emissão - série única	120.900	85.537	206.437
6ª Emissão - série única	388.767	264.796	653.563
Total de liquidação	509.667	350.333	860.000

Garantias

A 8ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A..

Notas Explicativas

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 8ª emissão de debêntures

A 8ª emissão de debêntures da Autopista Fluminense S.A. prevê cláusula financeira vinculada à Fiadora, nos termos da qual deve ser observado, trimestralmente, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2025 e até a liquidação integral das debêntures, o índice Dívida Líquida Consolidada / (EBITDA Ajustado Consolidado - Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado), o qual deverá ser inferior ou igual a 4,50.

Na hipótese de não observância do referido índice, será facultada à Fiadora, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data de sua apuração, a realização de aporte de recursos, inclusive por meio de aumento de capital integralizado em moeda corrente nacional ou pagamento de debêntures ou dívidas intercompany, em montante suficiente para reenquadramento do índice. Durante o período compreendido entre o aporte e a próxima apuração, ficará vedado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Fiadora, exceto pelo dividendo obrigatório previsto em seu estatuto social.

O índice é apurado com base nas informações financeiras consolidadas da Fiadora, considerando: (i) Dívida Líquida Consolidada, líquida de disponibilidades; (ii) EBITDA Ajustado Consolidado dos últimos 12 (doze) meses, com os ajustes previstos na escritura; e (iii) Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado correspondente aos pagamentos realizados ao poder concedente nos últimos 12 (doze) meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$57.244 (R\$9.741 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$9.187 (R\$7.317 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2026			30.06.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.670	5.144	6.814	2.934	-	2.934
Remensurações	753	(2)	751	1.178	171	1.349
Adições	1.772	12.620	14.392	588	5.273	5.861
Utilizações (*)	(3.298)	-	(3.298)	(2.964)	-	(2.964)
Ajuste a valor presente - AVP	914	-	914	257	-	257
Transferências	898	(898)	-	143	(143)	-
	2.709	16.864	19.573	2.136	5.301	7.437

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$2.749 (R\$2.447 em 30 de junho de 2025).

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2026 são respectivamente R\$54 e R\$251 para PIS e Cofins (R\$49 e R\$225, respectivamente, em 30 de junho de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2026 é de 14,69% a.a. (13,88% a.a. em 30 de junho de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, as despesas relativas a arrendamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	30.06.2026	30.06.2025
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos com prazo inferior a 12 meses
Guinchos	14	14
Máquinas e Equipamentos	5	5
	19	19

Notas Explicativas

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures privadas para capital de giro, execução de obras e manutenção de rodovias.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	30.06.2026	31.12.2025
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	29.876	25.149
Fernão Dias S.A. (a)	-	8
Litoral Sul S.A. (a)	2	-
Passivos com partes relacionadas circulante	29.878	25.157
Total do passivo circulante	29.878	25.157
<u>Passivo não circulante</u>	30.06.2026	31.12.2025
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	655.548	1.462.297
Empréstimos partes relacionadas não circulante	655.548	1.462.297
Total do passivo não circulante	655.548	1.462.297

	30.06.2026			30.06.2025		
<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.462.297	1.462.297	-	1.400.879	1.400.879
Juros provisionados	-	62.649	62.649	-	106.144	106.144
Amortização/Recebimento de principal	(509.667)	-	(509.667)	(37.161)	-	(37.161)
Pagamento/Recebimento de juros	(350.333)	-	(350.333)	(7.839)	-	(7.839)
IR retido	-	(9.398)	(9.398)	-	(15.960)	(15.960)
Transferências	860.000	(860.000)	-	45.000	(45.000)	-
Saldo final	-	655.548	655.548	-	1.446.063	1.446.063

<u>Despesas financeiras (b)</u>	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A. (a)	(25.344)	(62.649)	(56.530)	(106.144)
Juros Capitalizados	-	394	4.200	7.822
Total	(25.344)	(62.255)	(52.330)	(98.322)

<u>Despesas gerais (a)</u>	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A. (a)	(3.481)	(5.961)	(577)	(3.104)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Fernão Dias S.A.	-	-	9	-
Litoral Sul S.A.	-	-	(1.197)	(1.197)
ViaPaulista S.A.	(2)	(2)	(6)	(6)
Total	(3.483)	(5.963)	(1.771)	(4.307)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

Notas Explicativas

(b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures privadas, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread que variam de 1% a 1,6% ao ano e tem vencimento do principal e juros previsto para 31 de dezembro de 2028.

Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2026		31.12.2025	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	31.12.2028	CDI + 1,5% a.a.	72.004	145.088	72.004	130.483
03.07.2015	31.12.2028	CDI + 1,5% a.a.	12.000	23.231	12.000	20.864
19.10.2015	31.12.2028	CDI + 1,5% a.a.	35.000	63.666	35.000	57.053
21.05.2018	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	159.100	145.459	280.000	209.317
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,6% a.a.	-	-	388.767	256.809
			278.104	377.444	787.771	674.526
Total de debêntures a pagar			655.548		1.462.297	

No decorrer do período findo de 30 de junho de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$3.001 (R\$3.904 em 30 de junho de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$1.355 (R\$2.462 em 30 de junho de 2025), relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.646 (R\$1.442 em 30 de junho de 2025), relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual em até R\$2.625 sem encargos para o exercício de 2026 (R\$2.525 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.380 e R\$2.969.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

18. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2026
Cíveis	50.050	11.821	(9.443)	(10.017)	1.774	44.185
Trabalhistas	215	877	(215)	(251)	1	627
Total	50.265	12.698	(9.658)	(10.268)	1.775	44.812

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	49.653	5.925	(3.956)	(3.513)	1.409	49.518
Trabalhistas	650	1.015	(1.945)	929	(22)	627
Regulatórios	-	392	-	(392)	-	-
Total	50.303	7.332	(5.901)	(2.976)	1.387	50.145

Após a assinatura do termo aditivo do contrato de concessão em 15 de junho de 2022, o saldo provisionado referente a multas regulatórias foi baixado contra o ativo financeiro conforme previsto na Lei 13.448/17 e mencionado na nota explicativa nº 8.

A Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2026	31.12.2025
Cíveis	9.002	8.878
Trabalhistas	1.251	673
Regulatórios	11.816	17.344
Fiscais	5.119	2.209
Total	27.188	29.104

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.131 em 30 de junho de 2026 (R\$1.204 em 31 de dezembro de 2025) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,79% a.a. em 30 de junho de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo, é de 5 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante	Não Circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	-	23.487	23.487
Adições/Reversões	(19.103)	20.236	1.133
Utilizações	(4.722)	-	(4.722)
Ajuste a valor presente	688	-	688
Transferências	23.157	(23.157)	-
Saldo em 30.06.2026	20	20.566	20.586

Notas Explicativas

	Circulante	Não Circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	28.153	-	28.153
Adições/Reversões	21.457	-	21.457
Utilizações	(8.756)	-	(8.756)
Ajuste a valor presente	1.332	-	1.332
Saldo em 30.06.2025	42.186	-	42.186

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2026, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$6.364 (R\$8.647 em 30 de junho de 2025).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2026 é de R\$1.193.310, composto por 854.623.697 ações ordinárias e sem valor nominal (R\$1.034.789 e 658.918.293 ações, em 31 de dezembro de 2025).

Em 2 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$158.521, mediante a emissão de 195.705.404 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$0,81 (oitenta e um centavos). As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista Arteris S.A. em moeda corrente.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido do exercício, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Prejuízos acumulados

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, e absorção dos prejuízos acumulados, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	90.975	187.898	61.747	126.040
Receita de serviços de construção	113.631	138.998	18.168	32.050
Outras receitas	1.487	3.379	678	1.490
Remuneração do ativo financeiro (*)	-	-	15.354	50.388
Receita bruta	206.093	330.275	95.947	209.968

Notas Explicativas

ISSQN	(4.488)	(9.335)	(4.479)	(9.114)
PIS	(588)	(1.230)	(586)	(1.193)
COFINS	(2.715)	(5.678)	(2.702)	(5.504)
Outras deduções	(10.985)	(13.576)	(150)	(265)
Receita líquida	187.317	300.456	88.030	193.892

(*) Remuneração do ativo financeiro reconhecida em razão do processo de relicitação, conforme previsto no artigo 12 da Resolução 5.860/2019 que prevê que os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do contrato de concessão, onde o reajuste dos ativos (IPCA) que foram disponibilizados para uso do início da concessão até junho de 2022 estão sendo reconhecidos pelo novo período de concessão, e a atualização do saldo do ativo financeiro atualizado pelo IPCA corrente de cada mês, com o advento da assinatura da prorrogação do prazo, o reconhecimento da atualização dos ativos que foram disponibilizados para uso desde o início da concessão até junho de 2022 foi diluído pelo novo prazo.

A remuneração do ativo financeiro foi reconhecida até 31 de dezembro de 2025, quando todo o ativo financeiro foi revertido para o direito de outorga e intangível da Sociedade, conforme notas explicativas nº 8 e 11.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2026		30.06.2025	
Custos:				
Com pessoal	(7.108)	(13.581)	(6.062)	(12.085)
Serviços de terceiros	(5.525)	(10.946)	(5.147)	(10.301)
Conservação	(3.878)	(7.988)	(3.734)	(7.365)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(234)	(326)	(344)	(498)
Consumo	(1.974)	(3.190)	(1.185)	(2.549)
Transportes	(1.174)	(2.214)	(1.091)	(2.172)
Verba de fiscalização	(3.719)	(5.546)	(1.775)	(3.524)
Seguros / Garantias	(893)	(1.742)	(628)	(1.261)
Reversão (provisão) de manutenção em rodovias	(1.477)	(1.133)	(5.041)	(21.457)
Custos de serviços da construção	(113.631)	(138.998)	(18.168)	(32.050)
Depreciação / Amortização	(29.162)	(33.787)	(29.461)	(99.780)
Amortização da Outorga	4.241	(16.598)	-	-
Outros	(173)	(451)	(194)	(364)
Total	(164.707)	(236.500)	(72.830)	(193.406)
	30.06.2026		30.06.2025	
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(4.048)	(7.045)	(4.165)	(7.355)
Serviços de terceiros	(577)	(1.069)	(390)	(828)
Manutenção de bens e conservação	(204)	(398)	(389)	(757)
Consumo	(236)	(371)	(165)	(352)
Transportes	(52)	(57)	(22)	(40)
Seguros/Garantias	(2)	3	(8)	(11)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.108)	(3.040)	(80)	(1.431)
Comunicação e marketing	(20)	(48)	(61)	(89)
Indenizações à terceiros	(16)	(35)	(18)	(37)
Publicações legais	(148)	(148)	(144)	(146)
Depreciação / Amortização	(150)	(295)	(147)	(333)
Provisão para perdas esperadas	(36)	(36)	-	-
Encargos financeiros operacionais (*)	-	-	(2.194)	(4.447)
Outros	(352)	(759)	(262)	(476)
Total	(7.949)	(13.298)	(8.045)	(16.302)

(*) Em virtude da atualização financeira do ativo financeiro referente ao processo de relicitação qual a Sociedade esteve até meados do mês de novembro de 2025, quando houve a repactuação do contrato de concessão, parte dos juros sobre os empréstimos utilizado para aquisição desse ativo financeiro, foi classificada como despesa operacional.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

Notas Explicativas

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	22.014	36.527	1.281	1.819
Créditos fiscais	27	51	3	5
Outras receitas	6	(38)	-	1
Total	22.047	36.540	1.284	1.825
	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(79.711)	(153.671)	(52.398)	(98.390)
Atualização monetária - excedente tarifário	-	-	(14.529)	(30.675)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.072)	(1.602)	(929)	(1.589)
Outras despesas	(2.235)	(4.489)	(912)	(2.283)
Total	(83.018)	(159.762)	(68.768)	(132.937)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 30 de junho de 2026 no valor de R\$156.447 (R\$111.207 em 30 de junho de 2025), o montante de R\$2.776 (R\$8.370 em 30 de junho de 2025) foi reconhecido como adição de intangível e infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento. No período comparativo do exercício de 2025, devido ao processo de relicitação qual a Sociedade esteve até meados do mês de novembro de 2025, em 30 de junho de 2025, do montante dos juros incorridos, R\$4.995 referente aos juros do BNDES e R\$548 do montante dos juros capitalizados sobre o financiamento do BNDES foram reclassificados para despesas operacionais.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2026	30.06.2025
Total das adições de intangível e Infraestrutura em construção (a)	184.343	41.292
Total das adições de imobilizado (b)	196	43
Juros capitalizados - debêntures privadas (a)	(394)	(7.822)
Juros capitalizados - financiamentos (a)	-	(548)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(2.382)	-
	181.763	32.965
Aquisição (adições)	(181.763)	(32.965)
Fornecedores	91.621	6.108
Obrigações fiscais	528	59
Contas a pagar - partes relacionadas	1.783	181
Cauções contratuais	1.577	(15)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(86.254)	(26.632)
Fluxo de caixa imobilizado	(196)	(43)
Fluxo de caixa intangível	(86.058)	(26.589)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(86.254)	(26.632)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	95.509	6.333
Outras transações que não envolveram caixa:		
Adições ao ativo direito de uso (c)	14.392	5.861

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 22. (b) Vide nota explicativa nº 10. (c) Vide nota explicativa nº 9.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Notas Explicativas

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(30.651)	(47.956)	(56.939)	(146.464)
Número de ações durante o período	854.624	818.943	658.918	658.918
Prejuízo por ação	(0,0359)	(0,0586)	(0,0864)	(0,2223)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Mensuração (*)	30.06.2026		31.12.2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	203.216	203.216	3.666	3.666
Aplicação financeira	2	438.251	438.251	7.970	7.970
Contas a receber clientes	2	21.090	21.090	19.752	19.752
Outras contas a receber	2	34	34	41	41
Aplicações financeiras vinculadas	2	479	479	-	-
Outros créditos	2	2.804	2.804	839	839
		665.874	665.874	32.268	32.268
	Mensuração (*)	30.06.2026		31.12.2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e Financiamentos	2	-	-	111.272	111.272
Debentures privadas - partes relacionadas	2	655.548	655.548	1.462.297	1.462.297
Contas a pagar - partes relacionadas	2	29.878	29.878	25.157	25.157
Debêntures	2	1.586.228	1.624.803	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	2	66.431	66.431	17.058	17.058
Outras contas a pagar	2	35.814	35.814	19.523	19.523
		2.373.899	2.412.474	1.635.307	1.635.307

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,90%	14,88%	17,85%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(168.871)	(205.616)	(242.362)
Receita de aplicações financeiras	76.294	95.368	114.442
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(87.306)	(107.055)	(126.805)
Juros a incorrer líquido no resultado	(179.883)	(217.303)	(254.725)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 30 de junho de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2026, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$18.178 (R\$19.040 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos Ltda., Conectcar - ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais - Move Mais Meios de Pagamento Ltda, Veloe - Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Greenpass - Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

Notas Explicativas

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 30 de junho de 2026, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$47.956 (R\$146.464 em 30 de junho de 2025).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A Sociedade tem seu acionista como principal apoiador financeiro, com capacidade de continuar mantendo suas atividades, assegurando tanto pelo suporte financeiro atual, dos próximos 12 meses e futuro.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros (*)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	14,69%	19.573	28.125	1.403	3.841	4.991	9.983	7.907
Partes relacionadas	16,35%	655.548	655.548	-	-	-	655.548	-
Debêntures - CDI	15,73%	1.592.012	2.165.700	102.194	113.635	227.273	1.722.598	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	66.431	26.299	23.863	2.436	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	29.878	29.878	29.878	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	35.814	75.946	46.486	1.116	28.344	-	-
		2.399.256	2.981.496	203.824	121.028	260.608	2.388.129	7.907

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	200.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	333.250

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 30 de junho de 2026 é de R\$133.373 (R\$147.402 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Fluminense S.A.
Niterói - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fluminense S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21(R1) e IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de agosto de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Fluminense S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.949/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 30 de junho de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Niterói, 13 de agosto de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Fluminense S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.324.949/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 30 de junho de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Niterói, 13 de agosto de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia